



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA INTRODUÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte "porta a porta" de veículo, conforme quantidades e especificações descritas no Anexo I desse Termo de Referência.

1.2 - O transporte deverá ser feito no caso do veículo, em caminhão tipo cegonha, no trajeto entre a cidade de Goiânia -GO e a cidade de Rio Branco/AC.

1.3 - A distância calculada estimada é de 2.687 (dois mil seiscentos e oitenta e sete quilômetros) e a carga total estimada em 17,25m³ (dezessete vírgula vinte cinco metros cúbicos)

1.2 A participação do particular no presente processo de licitação implica a vinculação à normas relativas ao tema licitações e contratos, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como pelo Conselho da Justiça Federal - CJF, independente de declaração expressa.

1.3 Anexos integrantes:

Os anexos abaixo expostos integram o presente documento:

ANEXO I - Especificações técnicas dos Serviços;

1.4 Definições importantes:

1.5.1 No âmbito deste Termo de Referência, consideram-se as seguintes definições:

a) ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO/CONTRATANTE – Justiça Federal no Acre;

b) PARTICULAR/LICITANTE – Empresa interessada em participar do procedimento licitatório;

c) ADJUDICATÁRIA - Licitante vencedor do certame licitatório;

d) FISCAL TÉCNICO – Servidor ou equipe designada formalmente pela Instituição para auxiliar o Gestor do contrato na fiscalização da execução dos serviços contratados, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

e) GESTOR DE CONTRATO – Servidor designado formalmente pela Instituição para supervisionar e coordenar as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, nos termos do art. 117 da [Lei de nº 14.133/2021](#);

f) NOTA TÉCNICA – É o documento de aceitação ou rejeição, total ou parcial, dos serviços prestados pela Contratada no qual deverá constar, entre outras, as informações referentes aos valores retidos e/ou glosados, conforme modelo padrão da Instituição;

g) REGISTRO DE OCORRÊNCIA – Meio destinado ao registro de todos os fatos inerentes à execução do futuro contrato.

h) RETENÇÃO – É o contingenciamento cautelar, total ou parcial, de valor da nota fiscal/fatura a ser paga à Contratada para fins de garantia da quitação de prejuízos eventualmente acarretados ou, ainda, para futura compensação de sanção pecuniária aplicada por inadimplemento contratual sempre que a garantia não possa ser executada ou não seja suficiente;

i) GLOSA – É a supressão parcial ou total do valor da nota fiscal/fatura, com fundamento na exceção do contrato não cumprido, sempre que a obrigação contratual não tenha sido adimplida, ou tenha sido adimplida de forma insatisfatória com falha insanável;

j) DEFEITO - Qualquer desvio ou falha na do objeto contratados por parte da Contratada;

k) REJEIÇÃO - Ato conjunto de competência do Fiscal Técnico e do Gestor Contratual que representa a recusa do objeto em casos de desconformidade ou defeito técnico

2 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Descrição resumida do objeto:

2.1.1 O objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA envolve, resumidamente, os seguintes fornecimentos descritos na tabela abaixo:

TEM	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GERENCIADOR	QUANTIDADE MÍNIMA	UNIDADE	CATSER	DIMENSÕES (metros)			CUBAGEM APROXIMADA	PESO Aprox. [Kg]	Valor total do veículo
						Comp.	Larg.	Altura			
01	contratação de empresa especializada em transporte interestadual de veículos automotores em caminhão cegonha Carro modelo MITSUBISHI/L200 TRITON GLS AT, COR: BRANCA,	Justiça Federal de Primeiro Grau no Acre (UG 090024)	01	unidade	22730	5,28	1,82	1,79	17,25m³	1.940	R\$ 228.000,00

2.2 Especificações técnicas detalhadas do objeto:

2.2.1 As especificações técnicas detalhadas do serviço a ser contratado e garantia são aqueles especificados no **Anexo I**.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte "porta a porta" de 1(um) veículo (em caminhão cegonha), de propriedade da JUSTIÇA FEDERAL DO ACRE, entre as cidades de Goiânia -GO e Rio Branco/AC em razão que o veículo está sob a guarda SJGO na garagem do subsolo do Edifício Sede.

3.2. A empresa HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA, CNPJ: 54.305.743/0011-70, informou ou o tempo de entrega do veículo tipo: PICK UP data de fabricação 2024/2024, MARCA/MODELO: MITSUBISHI/L200 TRITON GLS AT , COR: BRANCA, conforme consta na Nota de Empenho 2024NE000269 (21748096), que após

fosse despachando pela transportadora, o tempo de entrega era de 14 dias aproximadamente, ocasionado que a entrega não fosse efetuada no ano de 2024, portanto não seria possível realizar o pagamento ainda no exercício de 2024, a alternativa para resolver essa situação, foi autorizar a empresa HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA, realizar a entrega no Estado de Goiás na Seção Judiciária de Goiânia, como de fato a empresa entregou o veículo em comento no dia 26/12/2024, sendo assim possível efetuar o pagamento do referido veículo ainda no exercício de 2024.

3.3. Ressalto que a autorização de entrega na cidade de Goiânia na Seção Judiciária de Goiás, foi necessário devia a orientação contida na Circular DIGES 266/2024 (21900945), orientou a observar o princípio da legalidade e o disposto no artigos 72 da Lei 14.791/2023 - LDO 2024 (19742421), evitando-se a inscrição e reinscrição de despesas em restos a pagar para não comprometer os limites financeiros do ano vindouro, caso não seja cumprida a meta de resultado primário em 2025, por essa razão o diretor da SECAD autorizou através do Despacho (21916171), como também foi oficiado à Direção do Foro de SJGO, pela Direção do Foro da SJAC (21920209)solicitando o recebimento e a guarda do referido veículo, local onde se encontra aguardando ser transportado para a SJAC.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Após análise, verificamos que os serviços que se pretende contratar são classificados como serviço comum , uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, mediante especificações reconhecidas e usuais do mercado. Dessa forma, esses serviços a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, ou por contratação direta, se enquadrados nos parâmetros definidos pela Lei 14.133/21

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço por item**, observadas as especificações definidas nesse Termo de Referência.

5.2 Os preços ofertados deverão ser líquidos, já inclusos todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto desse Termo, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, taxas, tributos seguro do veículo e emolumentos.

5.3 Proposta comercial:

5.3.1 A proposta comercial de preços do particular interessado em participar do presente procedimento de contratação direta deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações, entre outras, observando- se MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL anexo ao Edital.

5.3.2 A folha de rosto da PROPOSTA COMERCIAL em papel timbrado da empresa proponente, com a indicação da FIRMA ou DENOMINAÇÃO da empresa, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail, entre outras, contendo as seguintes informações:

a) Referência ao presente processo licitação: Processo SEI nº 0000024-42.2025.4.01.8001;

b) Destinatário: "À JUSTIÇA FEDERAL NO ACRE";

c) Preços unitário e global proposto: grafado em moeda nacional corrente, em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência e desprezando-se quaisquer valores além dos centavos;

e) Prazo de validade da proposta: não inferior a 30 DIAS ÚTEIS, contados a partir da data da apresentação;

f) Declaração expressa de que fornecerá o serviço , bem como que cumprirá as obrigações de garantia em conformidade com as obrigações e condições contidas neste Termo de Referência; e,

g) Outras informações que a empresa julgar pertinentes.

5.3.3 Será o Licitante absolutamente responsável pelos preços cotações na proposta inicial ou lances, não lhe cabendo direito a pleitear qualquer alteração posterior de sua proposta por erros, falhas ou omissões.

5.3.4 A participação do particular no presente processo de licitação representa a completa e irrestrita aceitação de todas as especificações, regras, prazos e demais obrigações indicadas no presente Termo de Referência (e seus anexos), independente de declaração expressa do licitante.

5.3.5 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução do futuro Contrato deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta ou lance pelo Licitante, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, encargo ou custo.

5.4 Valor estimado aceitável:

5.4.1 O valor aceitável será o seguinte:

5.4.1.1 Para o item 1 - **valor estimado total** R\$ 4.171,75 (quatro mil cento e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

5.4.2 Esse valor é apenas estimado, pesquisado de forma simplória com fornecedores e no Banco de preço, e deverá ser confirmado ou alterado pela pesquisa de preços realizada pela Seção de Compras, podendo se mostrar maior ou menor do que o aqui afirmado.

5.5 Aceitação da proposta:

5.5.1 Não será aceita proposta com preços unitários e global superiores àqueles previsto como valores máximos aceitáveis.

5.5.2 Não será aceita proposta com preços unitário e global comprovadamente inexequíveis, nos termos estabelecidos no art. 59, § 3º, da Lei 14.133/2021.

5.5.3 Se constatada a PRESUNÇÃO RELATIVA DE INEXEQUIBILIDADE do preço proposto, deverão ser efetuadas diligências, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, para permitir ao Licitante demonstrar a exequibilidade de seu preço, observado o prazo e condições fixadas no Edital; caso contrário, será a proposta do licitante desclassificada por inexequibilidade do preço proposto.

5.5.4 Não será aceita proposta que contenha preço global irrisório, assim considerada aquela que for igual ou inferior a 20% do valor estimado aceitável fixado no subitem

5.5.1.1 deste Termo de Referência (e seus anexos), sendo a proposta desclassificada por decisão fundamentada do agente de contratação por preço irrisório.

5.6 Julgamento da proposta e adjudicação do objeto:

5.6.1 O julgamento das propostas será realizada pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, observada a prévia conformidade técnica do objeto proposto com as especificações técnicas, prazos e condições fixadas neste Termo de Referência (e seus anexos).

5.6.2 No julgamento da proposta, deverá ser considerada a exigência da indicação de todas as informações e documentos contidos neste Termo de Referência (e seus anexos), podendo serem realizadas diligências para fins de complementação de documentos e informações.

5.6.3 Será desclassificada a proposta que não cumpra quaisquer dos critérios de aceitação dos preços, como também que contenham vícios insanáveis.

5.6.4 No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, deverão adotadas diretrizes de exigência de um formalismo moderado, particularmente podendo ser:

a) sanados erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas, e documentos e de seus anexos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

b) realizadas diligências para fins de correções de erros materiais ou aritméticos nas planilhas do orçamento-proposta e cronograma-proposta;

c) solicitado a complementação de documentos e informações que deveriam consta originalmente na proposta, desde que seja relativo à situação jurídica pré-existentes;

d) solicitadas informações e esclarecimentos para que sejam indicados meramente via CHAT; e/ou,

e) realizadas diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado na ata dos trabalhos.

5.6.5 Determinadas informações e/ou formalidades exigidas neste Termo de Referência (e seus anexos), que não afetem a essência ou idoneidade da proposta do Licitante, poderão ser dispensadas por despacho fundamentado do agente de contratação responsável em prol da finalidade do ato e da competitividade do certame, desde que seja dispensado idêntico tratamento a todos.

6. DO CONTRATO

6.1 - Não será necessário Termo de Contrato, sendo as condições do ajuste fixadas por este Termo de Referência, pela Nota de Empenho e pela proposta da empresa vencedora, conforme disposto na lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos pertinentes.

6.2 - Após o recebimento da Nota de Empenho estará formalizada a obrigação da empresa.

6.3 - O contrato, formalizado através da Nota de Empenho e do Termo de Referência, vigorará até a entrega dos bens no local de destino, devidamente aceito pela Contratante, e da garantia legal quanto à prestação dos serviços, contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

6.4 - É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento da emissão da Nota de Empenho ou se recusar a receber o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os concorrentes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar o procedimento independentemente da cominação prevista no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

6.5 - A recusa injustificada da empresa vencedora em aceitar o recebimento da Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre - caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades estabelecidas neste Instrumento.

6.6 - As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas nesse Termo de Referência.

7. DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NACIONAL

7.1 - No âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, conforme Portaria Presi 171/2021 (13023913 - PAeSei 0002517-05.2019.4.01.8000), adotamos os critérios socioambientais constantes do Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos, do Conselho da Justiça Federal – CJF, e, subsidiariamente, o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, e, se necessário, outros documentos similares expedidos por outros órgãos públicos.

7.2 - Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

7.3 - A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 6º.

7.4 - Os materiais e as embalagens empregados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. Os produtos fornecidos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Além disso, os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7.5 - A empresa a ser contratada deverá observar a destinação ambientalmente correta dos resíduos produzidos durante a execução dos serviços.

8. DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Fornecimento da prestação do serviços

8.1.1. A contratada deverá realizar a entrega do veículo no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

8.2 Prazos em geral:

8.2.1 Os prazos inerentes ao presente processo de licitação são aqueles fixados neste Termo de Referência, particularmente quanto à(ao):

a) O prazo de fornecimento do equipamento será de 15 DIAS úteis, contados a partir da formalização da contratação.

8.2.2 A Contratada deverá cumprir outros prazos fixados neste Termo de Referência.

8.2.3 Não havendo prazo específico fixado para cumprimento de obrigação prevista neste Termo de Referência, a Equipe de Gestão deverá fixá-lo formalmente levando em consideração a natureza e urgência da providência solicitada.

8.2.4 Os prazos fixados para serem cumpridos pelas partes não serão computados caso haja qualquer impedimento a sua fruição normal, devendo a Administração devolver formalmente quaisquer prazos ao Contratado, quando obstaculizados por fato ou ato de sua responsabilidade, ou provocado por terceiro sem a concorrência do Contratado.

8.2.5 O descumprimento de quaisquer prazos fixados neste Termo de Referência representa a imediata constituição da Contratada em MORA, independente de qualquer notificação ou ciência específica.

8.2.6 O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses, mediante parecer técnico da Equipe de Gestão e Fiscalização, sendo formalizada tal prorrogação por meio de Simples Apostila ao contrato, exceto quanto à alínea "a" que deverá ser realizada por Termo Aditivo:

a) alteração do objeto da contratação nos termos do art. 124 da Lei 14.133, de 2021;

b) interrupção ou diminuição do ritmo de execução por ordem e interesse da Administração, bem como omissão ou atraso de providências a cargo da Administração;

c) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que afete substancialmente as condições de execução do contrato; e,

d) impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração

8.2.7 Contratada deverá efetuar transporte, do local de origem até o local de destino indicado, conforme Autorização para Serviço de Transporte para Mobiliário Nacional expedida pelo Fiscal do Contrato, em caminhão cegonha (no caso de transporte de veículo), devidamente registrado na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e obedecendo os normativos vigentes, inerentes à atividade contratada, em perfeitas condições de funcionamento, em perfeita ordem, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.2.8 - A Contratada terá 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Execução dos serviços, para proceder a coleta do veículo, **o local com endereço completo esta descrito no Anexo I.**

8.2.9 - A coleta dos bens é condicionada à apresentação da Apólice de Seguro e posterior anuência do Gestor do Contrato.

8.3 Locais, dias e horários para coleta e entrega:

8.3.1 O local para COLETA do veículo consta na tabela abaixo:

ÓRGÃO	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	CONTATO
-------	----------	-----------	---------

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS (JUSTIÇA FEDERAL)	Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090	Goiânia/GO	(62) 3226-1500 sepol.go2025trfl.jus.br
---	--	------------	---

8.3.1 O local para **ENTREGA** do veículo consta na tabela abaixo:

ÓRGÃO	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	CONTATO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE (JUSTIÇA FEDERAL)	Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº, Portal da Amazônia . CEP 69915-632	Rio Branco - Acre	(68) 3214-2005 sepol.ac@trfl.jus.br

8.3.2 A coleta deverá ser realizada, em regra, de SEGUNDA A SEXTA, DAS 12 ÀS 19 HORAS, o supervisor da Seção de Polícia Judicial - SEPOL/GO, ficará responsável para a entrega do veículo a empresa.

8.3.3 A entrega deverá ser realizada, em regra, de SEGUNDA A SEXTA, DAS 8 ÀS 15 HORAS, o supervisor da Seção de Polícia Judicial - SEPOL/AC, ficará responsável para receber o veículo da empresa.

8.3.4 - A coleta dos bens é condicionada à apresentação da Apólice de Seguro e posterior anuência do Gestor do Contrato.

8.4.1 Subcontratação:

8.4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.4.2 . Da alteração subjetiva

8.4.2.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

8.5 Forma de entrega:

8.5.1 A entrega do bem deverá ser realizado de uma única vez.

9. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

9.1 Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

9.2 Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

9.3 Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos n. 22/2003 – Plenário; n. 1.094/2004 – Plenário e n. 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

- I – A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
- II – Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
- III - A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

9.4 Diante de todo o exposto, optamos pela **não permissão** de participação de empresas reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

- I - O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;
- II - Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;
- III - A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de bens comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;
- IV - Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer os bens, objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

10. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FINS DE CONTRATAÇÃO

10.1 Como condição prévia para contratação do detentor da melhor proposta, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em certames licitatórios ou à futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 1 - SICAF;
- 2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3 Constatada a existência de sanção, o detentor da melhor proposta será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 Para ser considerado habilitado o detentor da melhor proposta deverá estar em situação regular quanto ao item I abaixo e apresentar as comprovações do item II:

I - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1. regularidade relativa à **Seguridade Social**;
2. regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** ;
3. regularidade para com a Fazenda Federal (**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal**), mediante Certidão Conjunta relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;
4. regularidade para com a **Justiça do Trabalho**, mediante a **emissão de certidão negativa** de débitos inadimplidos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. **comprovação de inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.**
6. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante declaração, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.
7. Declaração, sob as penas da Lei, de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
8. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT

II - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

1 - declaração, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88 e Lei 9.854/99.

11. DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 A Instituição contratante obriga-se a:

- 11.1.1 Exigir da Contratada o cumprimento, integral e incondicional, de todas as obrigações, prazos e condições fixadas neste Termo de Referência (e seus anexos) e respectiva proposta do Contratado;
- 11.1.2 Designar equipe de servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto previsto neste Termo de Referência, nos termos fixados no art. 117 da Lei 14.133/2021;
- 11.1.3 Receber, analisar e aceitar ou rejeitar o bem fornecido, procedendo aos testes necessários, observadas todas as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência (e seus anexos) e na respectiva proposta do Contratado;
- 11.1.4 Aceitar ou rejeitar os serviços, observadas todas as especificações e condições contidas neste Termo de Referência (e seus anexos) e na respectiva proposta do Contratado;
- 11.1.5 Atestar o cumprimento das obrigações contratuais e efetuar o pagamento, observadas as condições e prazos fixados neste Termo de Referência (e seus anexos);
- 11.1.6 Alterar, mediante Termo Aditivo, o escopo contratual previsto neste Termo de Referência (e seus anexos), sempre no sentido de melhor atender ao interesse público tutelado na contratação e observados os limites legalmente fixados, nos termos fixados no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.1.7 Aplicar, mediante processo administrativo, eventuais sanções administrativas nos casos de ilícitos ou inadimplementos contratuais por parte da Contratada (e seus prepostos, responsáveis e empregados), conforme fixado neste Termo de Referência (e seus anexos) e na legislação vigente;
- 11.1.8 Notificar formalmente a Contratada em relação a qualquer irregularidade constatada no fornecimento do produto e/ou execução dos serviços, determinando prazo razoável para fins de regularização, sob as penalidades contratuais e legais;
- 11.1.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada; e,
- 11.1.10 Cumprir e fazer cumprir todas as demais disposições contidas neste Termo de Referência (e seus anexos).

11.2 A Contratada obriga-se a:

- 11.2.1. Executar os serviços na data, de acordo com os critérios e prazo estipulados no presente termo e de sua proposta.
- 11.2.2. Realizar o serviço em caminhão tipo cegonha de modo a garantir integridade do veículo.
- 11.2.3. Prestar os serviços com mão de obra qualificada ;
- 11.2.4. Esclarecer à Contratante eventuais dúvidas quanto ao andamento do transporte;
- 11.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus funcionários à Administração, ou a terceiros, direta ou indiretamente, independentemente de culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, sem excluir nem reduzir de sua responsabilidade a fiscalização e acompanhamento pela Contratante;
- 11.2.6. Responsabilizar-se por toda e qualquer perda ou furto, total ou parcial, que vier a ocorrer durante a execução dos serviços, devendo indenizar ou substituir os correspondentes bens;
- 11.2.7. Apresentar apólice de seguro que acoberte o transporte a ser realizado (por caminhão), com o objetivo de segurar todo o patrimônio transportado.
- 11.2.8. Responsabilizar-se, em relação a seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales transporte e outros que venham a ser legalmente instituídos, assim como fornecer aos mesmos todos os equipamentos de proteção em quantidade suficiente e de acordo com as normas de segurança do trabalho, em especial deverá disponibilizar, às suas custas, cintas para a movimentação de cargas pesadas, bem como qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessário ao bom desenvolvimento dos serviços;
- 11.2.9. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 11.2.10. Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados nas dependências da Contratante quando do desempenho dos serviços, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor, inclusive quanto à utilização de EPI – Equipamento de Proteção Individual;
- 11.2.11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar à Contratante durante a execução dos serviços aos locais de origem e destino (veículos,), assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais eventualmente afetados com materiais similares, sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços;
- 11.2.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste Termo de Referência;
- 11.2.13. Incluir no valor proposto para o serviço, todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, decorrentes de execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado;
- 11.2.14. reparar ou indenizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corrido, a contar da comunicação, os danos causados aos bens transportados, independentemente do parecer da Seguradora acerca da responsabilidade ou não da Contratada pelos prejuízos causados, sem ônus para a Justiça Federal e sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 11.2.15. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais diferenças tributárias entre alíquota interna no Estado e alíquota interestadual.

11.2.16. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12 – DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 Formalização da contratação:

12.1.2 A Adjudicatária será convocada para, no prazo de até 5 DIAS ÚTEIS, prorrogável por igual período, assinar o termo de contrato e/ou retirar a respectiva nota de empenho de despesas por e-mail ou via sistema processual SEI, mediante cadastro de usuário externo, sendo o termo inicial do prazo de execução contado do dia útil seguinte ao encaminhamento ou acesso ao sistema SEI.

12.1.3 Se a Adjudicatária não adotar as providências prévias necessárias para formalização da contratação, não assinar os correspondentes documentos no prazo indicado no subitem anterior, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar a contratação nas mesmas condições da Adjudicatária, nos termos fixados no § 2º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021; não havendo êxito nesta condição de convocação dos licitantes remanescentes, a Administração poderá adotar os procedimentos de convocação fixados no § 4º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021, ou revogar o certame por razões de interesse público.

12.1.4 Não havendo a convocação por parte da Administração da Adjudicatária (e dos licitantes remanescentes) para fins de assinatura da ARP no prazo de validade das propostas, ficará a Adjudicatária desobrigada do cumprimento da proposta apresentado na licitação.

12.1.5 Qualquer alteração contratual deverá ser autorizada por despacho fundamentado do ordenador de despesas, e registrada nos autos da contratação mediante termo aditivo ou decisão fundamentada, respectivamente para os casos em que contratação tenha sido firmada por termo de contrato ou por nota de empenho.

12.1.6 A Contratada deverá observar o disposto no inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ nº 7, de 2005, alterada pela Resolução CNJ nº 229, de 2016, que veda a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; e art. 3º da referida Resolução, no tocante à vedação de manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que possua em seu quadro, ou que venha a contratar, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo na ocorrência de quaisquer das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, a esta Seção Judiciária.

12.2 Critério orçamentário da despesa e previsão no planejamento:

12.2.1 A presente contratação encontra-se prevista no **PCA item 75/2025-JFAC**.

12.2.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, através da dotação prevista no Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001, natureza da despesa 3.3.90.39

12.3. Liquidação da despesa

12.3.1. Da liquidação

1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 7/2022](#).
2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - o prazo de validade;
 - o data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.4. Pagamento da despesa

12.4.1. O pagamento será realizado em parcela única, por meio de ordem bancária, no exato valor ATESTADO pelo responsável e no prazo máximo de 5 DIAS ÚTEIS, salvo atraso na liberação de recursos financeiros ou outros motivos justificáveis, observadas as regras fixadas neste Termo de Referência.

12.4.2. O período de compensação bancária para depósito efetivo do valor pagamento na conta da Contratada não será computado no prazo fixado no item anterior

12.4.3. O pagamento poderá ser realizado em valor inferior ao valor de face do documento fiscal em razão de retenções e glosas determinadas pela Administração.

12.4.4. A Contratada fica ciente de que, na condição de contribuinte substituto e à luz da legislação específica vigente, a Contratante reterá na fonte os tributos incidentes sobre cada pagamento, cabendo àquele a eventual comprovação de condições especiais previstas na legislação.

12.4.5. A Contratada fará jus ao recebimento de pagamento apenas em contraprestação aos fornecimentos efetivamente realizados e aceitos pela Administração, não sendo devida qualquer retribuição pecuniária unicamente pela existência da relação contratual.

12.4.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de LIQUIDAÇÃO qualquer obrigação por parte do fornecedor, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.5 Retenção e glosa de valor:

12.5.1 A Administração poderá, mediante DESPACHO FUNDAMENTADO e ouvida a Fiscalização, realizar a RETENÇÃO DE VALOR a ser pago à Contratada, destinado à futura quitação de eventuais prejuízos acarretados à Administração e/ou a terceiros, para eventual compensação de sanções pecuniárias propostas pela Fiscalização, por irregularidade ou impropriedade na execução ou por inexecução de serviço previsto no escopo, conforme indicado na respectiva nota técnica de aceitação.

12.5.2 Havendo proposta de RETENÇÃO DE VALOR, poderá ser liberado o pagamento parcial da parte incontroversamente devida à Contratada, até ulterior decisão no

respectivo processo administrativo.

12.5.3 Poderá a Administração GLOSAR VALOR, de forma definitiva, em relação a pagamento a ser realizado ao Contratado, para fins de fazer frente a eventuais prejuízos acarretados, para compensação de sanções pecuniárias ou por inexecução de serviços previstos no escopo, conforme decidido em prévio e competente processo administrativo.

12.5.4 O valor retido será transformado em glosa e recolhido à Contratante (observada a legislação orçamentária e financeira), ou liberado para pagamento ao Contratado, total ou parcialmente, a depender da decisão final no respectivo processo administrativo.

12.5.5 Mesmo havendo glosa o u retenção de valor por determinação da autoridade competente, o documento fiscal deverá ser emitido com o valor total faturado na etapa.

12.5.6 A glosa de valor sempre dependerá de decisão final irreversível em processo administrativo no qual será observado o contraditório e a ampla defesa.

12.6 Atualização financeira por atraso de pagamento:

12.6.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Contratante, entre a data prevista para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = VP X ICM X N X I, ONDE:

EM = Encargos Moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga

ICM = Índice de correção monetária: IPCA

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Juros de mora de 6% a.a ou 0,01644% a.d, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) / 365 I = 0,0001644$

12.7. Da fiscalização

12.7.1 - Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados.

12.7.2. Caberá ao Gestor da contratação, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o serviço e providenciar o que for necessário para a regularização das falhas observadas.

12.7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor da contratação deverão ser solicitadas ao superior hierárquico em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

12.8. Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato:

12.8.1 A contratação será acompanhada por EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO designada pela Administração, a qual será responsável pela garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais.

12.8.2 Cabe à unidade técnica responsável ou a equipe designada para acompanhamento e fiscalização do contrato executar as seguintes atribuições, observados os limites e regras legais e regulamentares internas, entre outras:

- a) promover a notificação do Contratado para fins de início de contagem do prazo de entrega;
- b) exigir o cumprimento integral das obrigações pactuadas na contratação, inclusive prazos e condições de entrega;
- c) propor eventuais alterações de especificações técnicas do objeto, como também de condições fixadas para contratação, no sentido de melhor atender à finalidade pública da contratação;
- d) emitir parecer técnico sobre eventuais modificações contratuais requeridas pelo Contratado;
- e) providenciar o registro e a notificação da Contratada em caso de descumprimento de obrigações contratuais;
- f) propor eventuais aplicações de sanções administrativas em caso de irregularidades praticadas por parte da Contratada.

12.8.3. Caberá ao Executor/fiscal, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos e providenciar o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados.

12.8.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor/fiscal deverão ser solicitadas à Diretoria do Foro, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

12.9 Recebimento:

12.9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

12.9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo sanados no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

12.9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado;

12.9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

12.9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal concernente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

12.9.6. prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

12.9.7. recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada por eventuais incorreções na execução do contrato.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste Termo de Referência são aquelas previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

13.1 A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução do Contrato sem motivo justificado;
- V - apresentar ou prestar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste capítulo as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

28.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 - A sanção de ADVERTÊNCIA será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do subitem 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5 - A sanção de MULTA será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 13.1.

13.6 - A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III e IV do subitem 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7 - A sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos V, VI, VII e VIII, do subitem 13.1, bem como pelas previstas nos incisos I, II e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida subitem 13.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do referido subitem.

13.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.10 - A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.11 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.13 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

14. DOS VALORES DAS MULTAS

14.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste capítulo.

14.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes multas:

1. multa moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
3. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

14.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a extinção do contrato.

14.4 - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.5 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo e na Lei nº 14.133/2021.

14.6 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.7 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.10 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.1 - Fica eleito pelas partes o Foro Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre, localizada em Rio Branco/AC, para dirimir quaisquer questões oriundas do futuro acordo

16.1 As questões técnicas e jurídico-administrativas não previstas neste Termo de Referência (e seus anexos) deverão ser dirimidas pelas equipes de planejamento e de gestão e fiscalização, observados os limites de suas atribuições, legislação específica vigente, doutrina especializada e a Jurisprudência do TCU, como também as boas técnicas de gestão.

- a) unidade beneficiada/requisitante: Seção de Polícia Judicial - SEPOL/SJAC;
b) unidade técnica responsável: Seção de Polícia Judicial - SEPOL/SJAC;

16.4 Outros esclarecimentos e informações sobre o presente processo de licitação serão prestados pelo Pregoeiro responsável, presencialmente, no primeiro andar do edifício sede da Justiça Federal do Acre, localizado À Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº, Portal da Amazônia . CEP 69915-632 ou à distância, pelo telefone (68) 3214-2004 ou pelo endereço eletrônico selic.ac@trfl.jus.br.

Josemir Melo Nogueira
Agente da Polícia Judicial
Supervisor da Seção de Polícia Judicial
 Justiça Federal – Seção Judiciária do Acre

ITEM	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO GERENCIADOR	QUANTIDADE	UNIDADE	CATSER	DIMENSÕES (metros)			CUBAGEM APROXIMADA	PESO Aprox. [Kg]	Valor total do veículo
						Comp.	Larg.	Altura			

	contratação de empresa especializada em transporte interestadual de veículos automotores em caminhão cegonha Carro modelo MITSUBISHI/L200 TRITON GLS AT, COR: BRANCA, Local de coleta: Seção Judiciária de Goiás (Justiça Federal). 01 endereço: Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090, Goiânia/GO Telefone: (62) 3226-1500 Local de entrega: Seção Judiciária do Acre (Justiça Federal). Endereço: Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº L, Portal da Amazônia, CEP: 69915-632 Rio Branco/AC										
		Justiça Federal de Primeiro Grau no Acre (UG 090024)	01	unidade	22730	5,28	1,82	1,79	17,25m³	1.940	R\$ 228.000,00



Documento assinado eletronicamente por **Josemir Melo Nogueira, Supervisor(a) de Seção**, em 14/01/2025, às 12:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **22055006** e o código CRC **2268717D**.